

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Alto Sertão Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alto Sertão Participações S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.4, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controladora Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A; ii) conclusão da alienação da UPI Enerbras; iii) quitação de empréstimo junto ao BTG; iv) pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; v) conversão de créditos em ações. A controladora e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 12 de julho de 2023.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais – R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.883	106.558	7	-	Fornecedores	9	27.257	52.163	-	-
Contas a receber de clientes	5	42.672	458	-	-	Empréstimos e financiamentos	10	48.514	205	-	-
Tributos a recuperar	6	9.962	4.537	-	-	Tributos a recolher	11	6.563	5.429	-	-
Despesas antecipadas		3.530	3.408	-	-	Salários, encargos e férias a pagar		889	-	-	-
Partes relacionadas	14	3.337	3.232	-	-	Arrendamentos a pagar	8.3	103	84	-	-
Outros créditos		123	123	-	-	Contas a pagar - CCEE	12	33.080	24.801	-	-
Total do ativo circulante		<u>100.507</u>	<u>118.316</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	Partes relacionadas	14	65.319	41.432	-	-
						Outras contas a pagar	13	12.583	10.200	-	-
						Total do passivo circulante		<u>194.308</u>	<u>134.314</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos Judiciais		606	100	-	-	Fornecedores	9	109.193	106.241	-	-
Tributos diferidos		1.174	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	10	919.823	942.374	-	-
Investimentos	7	-	-	1.167.473	368.531	Tributos a recolher	11	886	3.712	-	-
Imobilizado	8	2.401.025	1.499.395	-	-	Arrendamentos a pagar	8.3	13.250	12.064	-	-
Total do ativo não circulante		<u>2.402.805</u>	<u>1.499.495</u>	<u>1.167.473</u>	<u>368.531</u>	Contas a pagar - CCEE	12	31.675	31.972	-	-
						Provisão para riscos civeis, fiscais e trabalhistas	15	27.201	500	-	-
						Provisão para desmantelamento	8.2	22.115	-	-	-
						Outras contas a pagar	13	17.381	18.103	-	-
						Total do passivo não circulante		<u>1.141.524</u>	<u>1.114.966</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	16	2.128.113	2.128.113	2.128.113	2.128.113
						Recursos para futuro aumento de capital		414.021	158.874	414.021	158.874
						Prejuízos acumulados		<u>(1.374.654)</u>	<u>(1.918.456)</u>	<u>(1.374.654)</u>	<u>(1.918.456)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>1.167.480</u>	<u>368.531</u>	<u>1.167.480</u>	<u>368.531</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.503.312</u>	<u>1.617.811</u>	<u>1.167.480</u>	<u>368.531</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.503.312</u>	<u>1.617.811</u>	<u>1.167.480</u>	<u>368.531</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	17	109.538	416	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo de operação		(27.869)	-	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(9.787)	-	-	-
Depreciações e amortizações	8	(42.737)	-	-	-
Custo com compra de energia		(949)	-	-	-
Total	18	(81.342)	-	-	-
RESULTADO BRUTO		28.196	-	-	-
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(60.499)	(19.084)	(7)	(81)
Depreciações e amortizações	8	(255)	(461)	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	8	709.543	(6.288)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(11.189)	(75.699)	-	-
Total	18	637.600	(101.532)	(7)	(81)
Resultado de equivalência patrimonial	7	-	-	543.811	(146.019)
Total		637.600	(101.532)	543.804	(146.100)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		665.796	(101.116)	543.804	(146.100)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		1.853	8.674	-	-
Despesas financeiras		(120.563)	(53.760)	(2)	(102)
Total	19	(118.710)	(45.086)	(2)	(102)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		547.086	(146.202)	543.802	(146.202)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(3.821)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	537	-	-	-
		(3.284)	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		543.802	(146.202)	543.802	(146.202)
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (expresso em reais - R\$)	16.4			0,26	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	543.802	(146.202)	543.802	(146.202)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>543.802</u></u>	<u><u>(146.202)</u></u>	<u><u>543.802</u></u>	<u><u>(146.202)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.563.956	-	(1.772.254)	(208.298)
Aumento de capital		209.205	-	-	209.205
Recursos para futuro aumento de capital		-	513.826	-	513.826
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital		354.952	(354.952)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(146.202)	(146.202)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.128.113	158.874	(1.918.456)	368.531
Recursos para futuro aumento de capital	16.2	-	255.147	-	255.147
Lucro líquido do exercício		-	-	543.802	543.802
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	16	<u>2.128.113</u>	<u>414.021</u>	<u>(1.374.654)</u>	<u>1.167.480</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais – R\$)**

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		543.802	(146.202)	543.802	(146.202)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	7	-	-	(543.811)	146.019
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	8	(709.543)	6.288	-	-
Amortizações	8	42.992	461	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	8	884	-	-	-
Juros sobre empréstimos	10.1, 19	110.761	45.320	-	100
Atualização e provisão CCEE		17.361	-	-	-
Multa sobre ressarcimento	12.1	8.556	21.693	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		26.701	51	-	-
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		8.402	8.636	-	-
Juros sobre provisão para desmantelamento		922	-	-	-
Atualização depósitos judiciais		(12)	4	-	-
Impostos diferidos		(1.174)	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(42.214)	(458)	-	-
Tributos a recuperar		(5.425)	(555)	-	-
Despesas antecipadas		(122)	(2.875)	-	-
Depósitos judiciais		(494)	(7)	-	-
Outros créditos		-	78	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(22.176)	39.198	-	-
Tributos a recolher		1.108	87	-	-
Salários e férias a pagar		889	-	-	-
Outras contas a pagar		1.661	6.748	-	-
Pagamento multa sobre ressarcimento	12.1	(21.982)	(7.434)	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.460)	(1.138)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	10.1	(65.131)	(14.921)	-	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(107.694)</u>	<u>(45.026)</u>	<u>(9)</u>	<u>(85)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	7.1	-	-	(255.131)	(513.742)
Aquisição de imobilizado	8, 23	(215.165)	(228.295)	-	-
Partes relacionadas		(105)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(215.270)</u>	<u>(228.295)</u>	<u>(255.131)</u>	<u>(513.742)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	16.2	255.147	513.826	255.147	513.826
Pagamentos de empréstimos	10.1, 23	(19.872)	(149.000)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	8.3	(1.873)	(2.351)	-	-
Partes relacionadas		23.887	17.381	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>257.289</u>	<u>379.856</u>	<u>255.147</u>	<u>513.826</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(65.675)</u>	<u>106.535</u>	<u>7</u>	<u>(1)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	106.558	23	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	40.883	106.558	7	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(65.675)</u>	<u>106.535</u>	<u>7</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”, “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, foi constituída em 1º de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas direta e indiretas, que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III:

Eólico	Consolidação	% Participação	
		Direta	Indireta
Diamantina Eólica Participações S.A. - Em recuperação judicial	Integral	99,99	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício

1.1.1 Operação comercial dos parques eólicos

Em 16 de dezembro de 2022 o Grupo Renova Energia comunicou ao mercado que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos marcos do plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

1.1.2 Reversão da provisão para redução ao valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia revisou as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Essa revisão foi motivada, principalmente, pelo fato de que todos os parques eólicos foram concluídos e entraram em operação comercial ao longo do ano de 2022, acompanhado do cumprimento de todos os marcos previstos no plano de recuperação judicial do Grupo Renova. Isso representou para o Grupo Renova um passo significativo para geração de recursos provenientes da venda de energia, o que permitiu promover as atualizações das projeções financeiras com maior segurança.

Embora nos estudos realizados para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 já houvesse indicativo de reversão da provisão até então constituída, a Administração da Companhia optou por não a realizar, dado que não existia uma certeza que permitisse atualizar as projeções de caixa, uma vez que as obras ainda não estavam concluídas. Com a entrada em operação comercial dos projetos, a empresa pôde realizar a reversão.

Para calcular o valor recuperável dos ativos imobilizados, a Administração da Companhia utilizou o método do valor em uso, que consiste na metodologia do valor presente dos fluxos de caixa dos projetos considerando uma taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia WACC). Como resultado, a revisão das premissas permitiu a reversão do montante de R\$709.543, conforme demonstrado no quadro a seguir. Essa reversão impactou positivamente o resultado de 2022.

<u>Parques</u>	<u>Reversão <i>Impairment</i></u>
LER 2013	383.526
LER 2014	33.081
Mercado Livre	292.936
Total	<u><u>709.543</u></u>

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

1.2 Das autorizações

1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

<u>Companhias</u>	<u>Contrato</u>	<u>Resolução</u> <u>ANEEL</u>	<u>Data da</u> <u>resolução</u>	<u>Prazo da</u> <u>autorização</u>	<u>Capacidade</u> <u>de</u> <u>Produção</u> <u>instalada*</u>
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo) ¹	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota 1: Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

1.2.2 Mercado Livre (ACL)

<u>Companhias</u>	<u>Contrato</u>	<u>Resolução</u> <u>ANEEL</u>	<u>Data da</u> <u>resolução</u>	<u>Prazo da</u> <u>autorização</u>	<u>Capacidade</u> <u>de</u> <u>Produção</u> <u>instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

1.3 Comercialização de energia:

1.3.1 Mercado Regulado (ACR)

Companhias	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
				Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880,30	96.360	105,20	180,39	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.543,80	60.444	113,70	194,96	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101,15	34.164	111,30	190,85	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.182,57	84.972	103,60	177,64	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jaboticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.349,56	39.420	104,38	178,98	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.199,50	83.220	103,99	178,31	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.679,88	88.476	105,99	181,74	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964,17	64.824	104,80	179,70	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.003,78	93.732	105,55	180,99	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 08/2014	CCEE	126.630,13	45.552	138,90	220,77	out-17	set-37	IPCA	outubro

As Companhias do projeto LER 2013 e LER 2014, assinaram contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1° de setembro de 2015.

1.3.2. Mercado Livre (ACL)

As demais controladas indiretas possuem contratos no mercado livre que totalizam 100,2 MW médio^(*) de energia contratada conforme quadro abaixo:

Projetos	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)	Vigência do contrato
Light I	Eólica	100,2	até ago/2035

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Esses contratos foram comercializados no Mercado Livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A.- em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta da Renova Energia e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

1.4 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos da Companhia e suas controladas negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe I, II, III e IV conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados/ impugnados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	769	(618)	(151)	-	-
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	169.843	1.499	(5.096)	3.802	170.048
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	1.592	407	(1.746)	(70)	183
Total	1.105.540	1.288	(91.750)	114.297	1.129.375

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados/ impugnados	Pagamentos realizados	Créditos convertidos em ação da Controladora	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	3.223	(2.443)	(12)	-	1	769
Classe II - credores com garantia real	1.052.062	-	(163.915)	-	45.189	933.336
Classe III - credores quirografários	256.149	(1.635)	(857)	(86.386)	2.572	169.843
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	2.334	(482)	(336)	-	76	1.592
Total	1.313.768	(4.560)	(165.120)	(86.386)	47.838	1.105.540

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.5 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido R\$543.802, possui prejuízos acumulados de R\$1.374.654 (2021, R\$1.918.456), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante R\$93.801 (2021, R\$15.998) (Consolidado).

Em dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 5,9 GW

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 10 de julho de 2023.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e suas controladas.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 14).

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 9);
- Empréstimo e financiamentos (nota 10);
- Contas a pagar – CCEE (nota 12); e
- Transações com partes relacionadas (nota 14).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial do parque eólico.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.4. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3 PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 7.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- c) eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre companhias consolidadas.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Caixa	31	30	-
Bancos conta movimento	3.056	495	7
Aplicações financeiras de liquidez imediata	37.796	106.033	-
Total	<u>40.883</u>	<u>106.558</u>	<u>7</u>

A Companhia possui aplicação financeira de curto prazo e de alta liquidez que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e está sujeita a menor risco de mudança de valor e foi classificada como equivalentes de caixa. Esse investimento financeiro refere-se a instrumento de renda fixa, remunerado a 98,75% do CDI.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	31/12/2021
CCEE	13.281	458
Renova Comercializadora - Parte relacionada	29.086	-
Controladas e outras partes relacionadas	305	-
Total	<u>42.672</u>	<u>458</u>

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos a receber da CCEE são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF a compensar	563	324
Saldo negativo de IRPJ a compensar	2.380	2.157
COFINS a recuperar	2.143	743
PIS a recuperar	477	168
ICMS a recuperar	4.395	1.142
Outros impostos a compensar	4	3
Total	<u>9.962</u>	<u>4.537</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de equipamentos para revenda realizadas pela controlada Diamantina. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2023.

7 INVESTIMENTOS

	<u>Diamantina Eólica</u>			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</u>
31 de dezembro de 2022	2.225.434	1.057.961	1.167.473	543.811
31 de dezembro de 2021	1.410.488	1.041.957	368.531	(146.019)

7.1 Movimentação do investimento

	<u>31/12/2021</u>	<u>AFAC</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2022</u>
	Diamantina	368.531	255.131	543.811

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>AFAC</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2021</u>
	Diamantina	(186.821)	542.513	158.858	(146.019)

8 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos em 31/12/2022
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Máquinas e equipamentos	-	-	-	1.531.445	1.531.445
Provisão para Desmantelamento	-	21.193	-	-	21.193
	-	21.193	-	1.531.445	1.552.638
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	-	-	-	10.086	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	42.410	42.410
Máquinas e equipamentos	-	-	-	1.084.338	1.084.338
Móveis e utensílios	-	-	-	293	293
	-	-	-	1.137.127	1.137.127
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	-	-	-	14.591	14.591
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	(297.690)	(297.690)
Estoques					
Almoarifado geral	-	10.267	(884)	12.545	21.928
Total do imobilizado em serviço - custo	-	31.460	(884)	2.398.018	2.428.594
(-) Depreciação					
Geração					
Máquinas e equipamentos	-	(26.799)	-	-	(26.799)
Provisão para Desmantelamento	-	(419)	-	-	(419)
	-	(27.218)	-	-	(27.218)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(842)	-	-	(842)
Máquinas e equipamentos	-	(14.283)	-	-	(14.283)
Móveis e utensílios	-	(11)	-	-	(11)
	-	(15.136)	-	-	(15.136)
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	-	(161)	-	-	(161)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	-	(42.515)	-	-	(42.515)
Total do imobilizado em serviço	-	(11.055)	(884)	2.398.018	2.386.079
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	352.865	26.608	-	(379.473)	-
Terrenos	8.335	-	-	(8.335)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	259.715	1.997	-	(261.712)	-
Móveis e utensílios	105	16	-	(121)	-
Torres de medição	3.554	81	-	(3.635)	-
Aerogeradores	1.453.491	112.985	-	(1.566.476)	-
Equipamentos de subestação	338.081	48.641	-	(386.722)	-
Adiantamentos a fornecedores	64.143	14.570	-	(76.889)	1.824
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.007.233)	709.543	-	297.690	-
Total do imobilizado em curso	1.473.056	914.441	-	(2.385.673)	1.824
Estoques					
Almoarifado geral	15.290	-	-	(15.290)	-
Direito de uso					
Geração					
Contratos Arrendamento	12.482	2.550	-	-	15.032
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(1.433)	(255)	-	-	(1.688)
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(222)	-	-	(222)
Total do direito de uso	11.049	2.073	-	-	13.122
Total do imobilizado	1.499.395	905.459	(884)	(2.945)	2.401.025

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Cessão de Crédito ²	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	330.709	29.244	-	(7.088)	352.865
Terrenos	8.335	-	-	-	8.335
Edificações, obras civis e benfeitorias	231.364	28.226	-	125	259.715
Móveis e utensílios	-	105	-	-	105
Torres de medição	3.263	291	-	-	3.554
Aerogeradores	1.380.280	55.476	27.253	(9.518)	1.453.491
Equipamentos de subestação	295.252	35.941	-	6.888	338.081
Adiantamentos a fornecedores	669	63.722	-	(248)	64.143
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.000.945)	(6.288)	-	-	(1.007.233)
Total do imobilizado em curso	1.248.927	206.717	27.253	(9.841)	1.473.056
Estoques					
Almoxarifado geral	-	15.290	-	-	15.290
Direito de uso					
Geração					
Contratos Arrendamento	12.065	417	-	-	12.482
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(972)	(461)	-	-	(1.433)
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	-	-	-	-
Total do direito de uso	11.093	(44)	-	-	11.049
Total do imobilizado	1.260.020	221.963	27.253	(9.841)	1.499.395

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício. Em 31 de dezembro de 2021 após novas considerações com determinados fornecedores a Companhia reclassificou o montante de R\$8.584 para o resultado financeiro.

Nota 2: Efeito líquido dos créditos cedidos e recebidos da controladora Renova Energia, conforme Nota 14.

8.1 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia procedeu a revisão de todas as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo imobilizado tendo em vista que todos entraram em operação comercial ao longo de 2022 e utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas do projetos considerando uma taxa de desconto nominal calculada pela metodologia wacc, e reverteu o montante de R\$709.543 afetando positivamente o resultado de 2022 (Nota 1.1.2).

8.2 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no final da autorização, para retirada de serviço dos ativos relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

8.3 Direito de uso – Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou 135 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2022</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	2.029
Direito de uso do ativo arrendado	15.032	(-) Juros a apropriar	<u>(1.926)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(1.910)</u>	Total do passivo circulante	103
	<u>13.122</u>	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	44.813
		(-) Juros a apropriar	<u>(31.563)</u>
		Total do passivo não circulante	13.250
Ativo total	<u><u>13.122</u></u>	Passivo total	<u><u>13.353</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	
Amortização direito de uso	222
Despesas	
Amortização direito de uso	255
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>570</u>
Total	<u><u>1.047</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2024	1.919	2.008
2025	1.905	2.008
2026	1.889	2.008
2027	1.870	2.008
2028	1.849	2.008
2029 a 2033	8.791	10.035
2034 a 2038	7.479	10.030
2039 a 2043	4.810	9.768
2044 a 2048	948	4.543
2049 a 2053	<u>103</u>	<u>397</u>
Total	<u><u>31.563</u></u>	<u><u>44.813</u></u>

9 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	20.913	41.662
Fornecedores recuperação judicial	115.537	116.742
Total	<u>136.450</u>	<u>158.404</u>
Apresentados como:		
Circulante	27.257	52.163
Não circulante	109.193	106.241
Total	<u>136.450</u>	<u>158.404</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.4, totaliza R\$115.537, sendo R\$115.354 – Classe III e R\$183 - Classe IV.

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	Custo da Dívida	31/12/2022						Total geral
		Circulante			Não circulante			
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
BNDES	100% CDI*	15.067	477	15.544	-	294.715	294.715	310.259
Banco Bradesco	100% CDI*	18.485	-	18.485	27.445	323.034	350.479	368.964
Banco Itaú	100% CDI*	6.763	-	6.763	10.041	118.183	128.224	134.987
Citibank	100% CDI*	4.556	-	4.556	6.799	79.585	86.384	90.940
Banco ABC	100% CDI*	2.705	-	2.705	4.016	47.273	51.289	53.994
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR*	41	193	234	-	4.430	4.430	4.664
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR*	40	187	227	-	4.302	4.302	4.529
Total		<u>47.657</u>	<u>857</u>	<u>48.514</u>	<u>48.301</u>	<u>871.522</u>	<u>919.823</u>	<u>968.337</u>

	Custo da Dívida	31/12/2021				Total geral	
		Circulante		Não circulante			
		Encargos	Principal	Encargos	Principal		
BNDES	100% CDI*	90	-	2.780	315.034	317.814	317.904
Banco Bradesco	100% CDI*	63	-	26.866	323.034	349.900	349.963
Banco Itaú	100% CDI*	23	-	9.829	118.183	128.012	128.035
Citibank	100% CDI*	16	-	6.619	79.585	86.204	86.220
Banco ABC	100% CDI*	9	-	3.932	47.273	51.205	51.214
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR*	2	-	48	4.638	4.686	4.688
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR*	2	-	49	4.504	4.553	4.555
Total		<u>205</u>	<u>-</u>	<u>50.123</u>	<u>892.251</u>	<u>942.374</u>	<u>942.579</u>

*As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

a) BNDES (Empréstimo-ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a controlada Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Companhia e das suas controladas na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

b) Outros empréstimos – capital de giro

Em 19 de julho de 2019, a controlada Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora indireta Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.193, bem como um saldo, em 31 de dezembro de 2022, de R\$15.983 (Nota 13) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

10.1. Movimentação

	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.022.505</u>	<u>38.773</u>	<u>1.061.278</u>
Provisão dos encargos financeiros	-	45.220	45.220
Atualização e incorporação de juros ao principal	18.746	(18.746)	-
Encargos financeiros pagos	-	(14.919)	(14.919)
Amortização de financiamento	<u>(149.000)</u>	-	<u>(149.000)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>892.251</u>	<u>50.328</u>	<u>942.579</u>
Provisão dos encargos financeiros	-	110.761	110.761
Encargos financeiros pagos	-	(65.131)	(65.131)
Amortização de financiamento	<u>(19.872)</u>	-	<u>(19.872)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>872.379</u>	<u>95.958</u>	<u>968.337</u>

11 TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ a pagar	926	-
CSLL a pagar	559	-
COFINS a recolher	527	42
PIS a recolher	114	7
Tributos sobre folha de pagamento	182	-
Tributos retidos de terceiros	1.006	2.284
Tributos em parcelamento	4.101	6.736
Outros impostos a recolher	34	72
Total	<u>7.449</u>	<u>9.141</u>
Apresentados como:		
Circulante	6.563	5.429
Não circulante	886	3.712
Total	<u>7.449</u>	<u>9.141</u>

Em dezembro de 2019, a Companhia incluiu saldos a pagar de IRRF, PIS e COFINS no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Os saldos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado no faturamento de venda de energia auferido pelas controladas.

12 CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	33.080	24.801
Não Circulante	31.675	31.972
Total	<u>64.755</u>	<u>56.773</u>

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$28.120 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.4.

O contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Companhia e a CCEE estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

12.1 Movimentação

	<u>Provisão/ reversão</u>	<u>Multa sobre ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2022</u>
CCEE	17.361	8.556	(21.982)	4.047	64.755

- Continua -

- Continuação –

	31/12/2020	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	31/12/2021
CCEE	42.298	21.693	(7.434)	216	56.773

13 OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	31/12/2021
Penalidades ANEEL ^(a)	12.544	10.160
Outros ^(b)	17.420	18.143
	<u>29.964</u>	<u>28.303</u>
Apresentados como:		
Circulante	12.583	10.200
Não circulante	17.381	18.103
Total	<u>29.964</u>	<u>28.303</u>

a) CCEE no montante de R\$12.544 (R\$10.160, em 2021) referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013. O saldo de 2021 foi publicado pela ANEEL em 17 de outubro de 2022. Em 22 de novembro de 2022 a Aneel em fase recursal proferiu decisão desfavorável ao pleito, razão pela qual, em 12 de fevereiro de 2023, a Administração da Companhia, representada pela ABEEÓLICA, distribuiu ação de rito ordinário com pedido de tutela de urgência, a fim de declarar-se a ilegitimidade da aplicação às associadas da exigência de lastro e da penalidade por insuficiência de lastro relativamente à energia de reserva de fontes eólica e solar. Em 03 de fevereiro de 2023 foi deferida tutela provisória de urgência para suspender a aplicação das referidas penalidades. A ANEEL e a CCEE foram intimadas processualmente para manifestação nos autos.

b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a:

Descrição	Valor
i) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 10.b (Classe III).	15.983
ii) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento da outorga do parque Unha D'anta, do Complexo Eólico AS III Fase A.	744
iii) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.4.	654
iv) outros.	39
	<u>17.420</u>

14 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONSOLIDADO)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Renova Energia</u>						
Rateio de despesa ^(b)	-	-	34.834	10.947	(23.887)	(19.399)
Outros créditos ^(c)	3.232	3.232	30.485	30.485	-	-
<u>Itapuã VII</u>						
Rateio de despesa ^(a)	105	-	-	-	(105)	-
Total	<u>3.337</u>	<u>3.232</u>	<u>65.319</u>	<u>41.432</u>	<u>(23.992)</u>	<u>(19.399)</u>

- a) Rateio de despesa (ativo) – refere-se a reembolso de despesas a receber da parte relacionada Itapuã VII, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na controlada Diamantina.
- b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- c) Outros créditos - refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela controladora Renova Energia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para algumas controladas da Companhia com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Companhia	Ativo	Passivo
	31/12/2021	31/12/2021
Centrais Eólicas Acácia S.A.- Em recuperação judicial	533	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.- Em recuperação judicial	1.022	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.- Em recuperação judicial	250	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.- Em recuperação judicial	-	1.022
Centrais Eólicas Cedro S.A.- Em recuperação judicial	357	-
Centrais Eólicas Angelim S.A.- Em recuperação judicial	-	5
Centrais Eólicas Facheio S.A.- Em recuperação judicial	535	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A.- Em recuperação judicial	-	1.819
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.- Em recuperação judicial	535	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.- Em recuperação judicial	-	13.587
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.- Em recuperação judicial	-	465
Centrais Eólicas Manineiro S.A.- Em recuperação judicial	-	13.587
Total	<u>3.232</u>	<u>30.485</u>

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

15 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas constituíram provisão no montante de R\$27.201 (2021, R\$500), para risco regulatório considerando que em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 27.201, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii. c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é R\$2.128.113 e está dividido em 2.128.113.290 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

16.2 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R\$255.147 que serão capitalizados até 31 de dezembro de 2023.

16.3 Lucro (prejuízo) por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

Lucro (prejuízo) do exercício	<u>31/12/2022</u> 543.802	<u>31/12/2021</u> (146.202)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>2.128.113</u>	<u>1.927.410</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	<u>0,26</u>	<u>(0,08)</u>

17 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Geração	MWh	MWh		
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	713.511,880	6.858,733	113.685	458
(-) Impostos s/ Receita (PIS/COFINS)			(4.147)	(42)
Total			109.538	416

18 CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	949	-	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	19.012	-	-	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 12.1)	5.121	-	-	-
Seguros	3.665	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	(41)	-	-	-
Material de uso e consumo	74	-	-	-
Outros custos	38	-	-	-
	<u>27.869</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depreciações e amortizações (Nota 8)	42.737	-	-	-
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	9.646	-	-	-
Taxa de fiscalização	141	-	-	-
	<u>9.787</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos custos dos serviços	<u>81.342</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas				
Gerais e administrativas				
Serviços de terceiros	12.694	13.720	6	81
Pessoal e administradores	14.994	4.913	-	-
Viagens	1.989	1.275	-	-
Telefonia e TI	1.940	958	-	-
Seguros	1.055	375	-	-
Impostos e taxas	503	432	1	-
Material de uso e consumo	340	333	-	-
Aluguéis e arrendamentos	22	214	-	-
Contingências cíveis e regulatórias (Nota 15)	26.957	(3.136)	-	-
Outras despesas	5	-	-	-
	<u>60.499</u>	<u>19.084</u>	<u>7</u>	<u>81</u>
Depreciações e amortizações (Nota 8)	255	461	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (Nota 8.1)	(709.543)	6.288	-	-
Outras (receitas) despesas líquidas				
Indenização ⁽²⁾	-	22.887	-	-
Multa sobre ressarcimento	3.434	21.693	-	-
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	-	13.714	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽³⁾	2.662	11.660	-	-
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	(8)	4.769	-	-
Serviços de terceiros	-	330	-	-
Outras despesas líquidas	5.101	646	-	-
	<u>11.189</u>	<u>75.699</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total das despesas (receita)	<u>(637.600)</u>	<u>101.532</u>	<u>7</u>	<u>81</u>

Nota 1: Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda a parte relacionada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia

Nota 2: Valor pago a parte relacionada Renova Comercializadora a título de ressarcimento pelos gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização firmado com a Companhia.

Nota 3: refere-se substancialmente a penalidade por insuficiência de lastro mencionada na Nota 13.

19 RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.671	8.637	-	-
Outras receitas financeiras	258	455	-	-
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	(76)	(418)	-	-
Total das receitas financeiras	1.853	8.674	-	-
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (nota 10.1)	(110.761)	(45.320)	-	(100)
Juros sobre fornecedores e impostos	(8.402)	(8.636)	-	-
Juros sobre provisão para desmantelamento	(922)	-	-	-
Comissões e outras penalidades (dívida) ¹	-	2.260	-	-
Atualização monetária contencioso	308	-	-	-
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 8.3)	(570)	(1.781)	-	-
Outras despesas financeiras	(216)	(283)	(2)	(2)
Total das despesas financeiras	(120.563)	(53.760)	(2)	(102)
Total	(118.710)	(45.086)	(2)	(102)

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	547.086	(146.202)	543.802	(146.202)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(186.009)	49.709	(184.893)	49.709
<u>Adições permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(1.593)	(107)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	184.896	(49.646)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	190.884	(18.176)	-	(1)
Prejuízo fiscal e base negativa	(6.566)	(31.426)	(3)	(62)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(3.284)	-	-	-

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal do exercício	(9)	(183)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(7.401)	(7.218)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(7.410)</u>	<u>(7.401)</u>

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	40.883	106.558	40.883	106.558
Partes relacionadas	3.337	3.232	3.337	3.232
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	27.257	52.163	27.257	52.163
Financiamentos	48.514	205	48.514	205
Partes relacionadas	65.319	41.432	65.319	41.432
Não circulante				
Fornecedores	109.193	106.241	109.193	106.241
Financiamentos	919.823	942.374	919.823	942.374

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	7	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado				Controladora
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	40.883	-	106.558	-	7
Partes relacionadas	-	3.337	-	3.232	-
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	-	27.257	-	52.163	-
Financiamentos	-	48.514	-	205	-
Partes relacionadas	-	65.319	-	41.432	-
Não circulante					
Fornecedores	-	109.193	-	106.241	-
Financiamentos	-	919.823	-	942.374	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 10 possuem como contraparte BNDES, Bradesco, Itaú, Banco ABC e Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía risco de mercado associado ao CDI.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 15% da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2022. O percentual de 14,09% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos a Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas.

A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estará em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

Passivos financeiros	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Empréstimos	Alto do CDI	(4.236)

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das companhias em cumprir adequadamente os compromissos assumido, os fluxos de vencimento dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 10.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado):

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos - principal e encargos	24.307	24.206	290.013	629.811	968.337

Os planos de recuperação judicial da Companhia e suas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.4. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f) Gestão de capital (consolidado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida de financiamentos	968.337	942.579
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.883)	(106.558)
Dívida líquida	927.454	836.021
Patrimônio líquido	1.167.480	368.531
Capital social	2.128.113	2.128.113
Índice de alavancagem financeira - %	79%	227%

Os planos de recuperação judicial do Grupo Renova permitiram alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.4. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota e a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III que ocorreu durante o exercício de 2022, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

22 COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

<u>Objeto da Garantia</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Responsabilidade civil - geral	R\$ 50.000	26/11/2022	30/11/2023
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 2.916	31/01/2023	31/01/2024
Risco operacional	R\$ 2.655.000	13/06/2023	13/06/2024

23 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-	-	99.829
Aumento de capital com participação em controladas		-	-	87.800
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros		-	86.386	21.574
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital		-	99.831	99.831
Aumento de capital com capitalização de rateio de despesa		-	22.988	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	8	(2.945)	(1.257)	-
Direito de uso - Arrendamento	8	2.550	417	-
Provisão desmantelamento	8	21.193	-	-

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

24.1 Homologação aumento de capital – Controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

24.2 Aumento de capital

Em 02 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou:

- a) aumento de capital no montante de R\$414.773 dos quais R\$41.477 foram destinados à conta de capital social e R\$373.295 à conta de reserva de capital, mediante a emissão de 414.772.510 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$414.022 e (ii) créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia conforme previsto no “Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito”, no valor de R\$751
- b) resgate de 33.354.474 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo valor total de R\$ 6.138 mediante a utilização da Reserva de Capital, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “b” e artigo 44, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão das movimentações mencionadas nos itens a e b, acima, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, passa a ser de R\$ 2.169.591, dividido em 2.509.531.327 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

24.3 Suspensão da liminar Contrato Light

Em 16 de março de 2023, a controladora Renova Energia informou ao mercado que, por meio da decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico, na presente data, o Superior Tribunal de Justiça em sede de Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9) revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Lightcom Comercializadora de Energia S.A. em face da parte relacionada Renova Comercializadora, perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato supracitado. A Administração do Grupo Renova Energia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

24.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

* * *

Daniel Gallo
Diretor

Emanuela Cabib
Diretora

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
